

CINCO ARMADILHAS PARA A EDUCAÇÃO

Instada a responder sozinha ao desafio da promoção social, a escola vê-se progressivamente desacreditada e sujeita aos desideratos de mercado de trabalho. Na “sociedade do conhecimento” – onde a promoção de novas tecnologias é pensamento único – a educação já não é mais do que o instrumento de legitimação de uma divisão social desigual. Esta visão redutora esquece que a escola é, antes de mais, o local onde se constrói o laço social, onde deve elaborar-se a “democracia da vida”.

A esfera educativa confronta-se com cinco grande armadilhas, resultantes das mutações políticas, sociais e económicas dos últimos 30 anos, em que se viu o modo de vida centrar-se no hiperconsumo e na mercantilização generalizada de qualquer bem ou serviço, e se assistiu à explosão das novas tecnologias e à mundialização liberal.

A **primeira armadilha** é a crescente instrumentalização da educação ao serviço da formação do “recurso humano”. Porque essa função ultrapassa a da educação para e pela pessoa. Busca a sua origem na redução do trabalho a um “recurso” organizado, gerido, valorizado, desclassificado, reciclado e, dado o caso, abandonado em função da sua utilidade para a empresa.

À semelhança de qualquer outro recurso material e imaterial, o recurso humano é considerado uma mercadoria económica, que deve estar disponível em todo o lado (1). Não conhece nem direitos cívicos, nem quaisquer outros, sejam eles políticos, sociais ou culturais, únicos entraves à sua exploração de natureza financeira (custos). O seu direito à existência e ao rendimento depende da sua performance, da sua rentabilidade. O recurso humano deve provar que é usável, daí a substituição do termo “direito ao trabalho por uma nova obrigação; demonstrar a sua “empregabilidade”. É aquilo que alguns dirigentes chamam de “política social activa do trabalho”. Para eles, se a educação deve desempenhar um papel fundamental, é sobretudo em relação a essa obrigação de “empregabilidade”, e isto ao longo de toda a vida, graças à formação contínua, cuja função é manter os recursos humanos do país usáveis e rentáveis. Mas, a partir daí o trabalho deixa de ser um assunto social.

A **segunda armadilha** consiste na passagem da educação do campo do não-mercador para o do mercador. A partir da altura em que se lhe atribui como tarefa primordial a de formar recursos humanos ao serviço da empresa, não será de admirar que a lógica mercante e financeira do capital privado pretenda impor-lhe a definição das suas finalidades e das suas prioridades. A educação é cada vez mais tratada como um mercado (2). Na América do Norte fala-se permanentemente em “mercado da educação”, em “business da educação”, em “mercado dos produtos e serviços pedagógicos”, em “empresas educativas”, em “mercado dos professores e dos alunos”. Não foi por acaso que o primeiro Mercado Mundial da Educação (World Education Market) decorreu em Vancouver, no Canadá, entre 23 e 27 de Maio. Para a grande maioria dos actores – públicos e privados – presentes (3), a mercantilização da educação é um facto, só faltando saber quem vai vender o quê no mercado mundial, e regido por que regras.

O “quem” começa claramente a desenhar-se: trata-se dos editores de produtos multimédia, dos criadores e fornecedores de telecomunicações, das empresas informáticas, todos eles sectores onde, nos últimos anos, se sucederam a um ritmo frenético fusões, absorções e alianças. Estas empresas já investiram bastante no “quê”: muitas delas possuem um catálogo de programas prontos-a-usar para propor formações em rede. As “universidades virtuais” multiplicam-se como cogumelos, atravessando as fronteiras “nacionais”. De acordo com um estudo do banco de negócios norte-americano Meryll Lynch (4), em todo o Mundo, o número de jovens que frequentarão um curso superior em 2025 chegará perto dos 160 milhões. São actualmente 854 milhões, 40 milhões dos quais recebem um ensino à distância. Imagina-se o que poderá representar este último mercado dentro de um quarto de século.

A tendência, em todos os países “desenvolvidos”, conduz a um sistema de educação organizada numa base individual, à distância (via Internet), variável no tempo, ao longo de toda a vida, e “à la carte” (5). Quanto às regras, o fracasso das negociações do Ciclo do Milénio da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Seattle, em Dezembro de 1999, impediu provisoriamente a aplicação dos princípios do livre comércio à educação: esta figurava no programa do Acordo Geral sobre Comércio dos Serviços (AGCS). Mas, uma vez que as negociações em torno dos serviços foram retomadas na sede da OMC, em Genebra, nada garante que a liberalização e a desregulamentação do sector educativo não sejam novamente inscritas na ordem do dia. Na verdade, são cada vez mais numerosos os responsáveis políticos dos países desenvolvidos dispostos a aceitar que o mercado determine as finalidades e a organização da educação. As organizações sindicais (nomeadamente a Internacional da Educação), as organizações governamentais e o movimento cívico deveriam multiplicar esforços para contrariar este cenário (6).

UMA CULTURA DE GUERRA

Terceira armadilha: a educação é apresentada como o instrumento-chave da sobrevivência de cada indivíduo, bem como de cada país, nesta era da competitividade mundial. Assim, a esfera educativa tende a transformar-se num “lugar” onde se aprende uma cultura de guerra (cada um por si, ser melhor sucedido que os outros e na vez deles), mais do que uma cultura de vida (viver em conjunto com os outros, na prossecução do interesse geral). As universidades, os poderes públicos, os estudantes, os pais e até mesmo muitos sindicatos aceitaram, em geral, essa cultura de guerra. Assim e apesar dos esforços de grande parte dos educadores, o sistema é levado a privilegiar a função de selecção dos melhores, em detrimento da função de valorização das capacidades específicas de cada aluno.

Quarta armadilha: a subordinação da educação à tecnologia. Acreditando, desde os anos 70, que esta última é o principal motor das mutações da sociedade, os dirigentes impuseram a tese da sua primazia e da urgência em adaptar-se-lhe. Seja qual for o terreno de aplicação (a energia, a comunicação, a saúde, o trabalho), os dirigentes têm tendência a considerar inevitável e irresistível qualquer mudança económica e social ligada às novas tecnologias e encaram as inovações que estas trazem como um contributo para o progresso do homem e da sociedade.

Para uma enorme maioria de dirigentes, a actual mundialização é filha do progresso tecnológico. Opor-se-lhe seria insensato. O papel principal da educação será, portanto, dar às nova gerações a capacidade de entenderem as mudanças em curso e os instrumentos para se adaptarem a elas.

Quinta armadilha: a utilização do sistema educativo enquanto meio de legitimação de novas formas de divisão social. A crer no que apregoa o discurso dominante, as economias e as sociedades dos países desenvolvidos terão passado da era industrial – baseada em recursos materiais e capitais físicos (a terra, a energia, o aço, o betão, os carris) – para a era do conhecimento, essencialmente baseada em recursos materiais e imateriais (os saberes, a informação, a comunicação, a logística). O conhecimento ter-se-á transformado no recurso fundamental da “nova economia”, nascida da revolução do multimédia, das redes numéricas e dos seus derivados: o “e-comércio”, o “e-transporte”, a “e-educação”, a “e-empresa”, o “e-trabalhador” (7). Nesta óptica, a empresa é encarada como o sujeito e o principal local da promoção, da valorização e da difusão do “conhecimento que importa”.

Promover a difusão de um espírito empresarial e criador de empresas no meio científico e nos estabelecimentos secundários e superiores e voltar a dinamizar o sistema educativo para transformá-lo em terreno privilegiado da formação das gerações jovens no sentido da construção da “sociedade do conhecimento” constitui uma das prescrições fundamentais das políticas públicas de investigação e de ensino. Ora, essa prescrição é posta em prática na altura em que se instala por todo o Mundo uma nova divisão social entre os “qualificados” (aqueles que têm acesso ao “conhecimento que importa”) e os “não-qualificados” (aqueles que estão excluídos desse acesso, ou não conseguem preservá-lo). Esta divisão vem agravar as já existentes, devidas, por exemplo, às desigualdades de acesso à alfabetização

de base. O conhecimento torna-se a principal matéria-prima para a construção de um novo muro (o “muro do conhecimento”) separando os recursos humanos nobres (organizados nas novas associações corporativas profissionais planetárias) dos recursos humanos do povo, novo proletariado do capital mundial.

Não será seguramente por via da escolha feita pelos chefes de Estado e de governo dos 15 países da União Europeia, aquando do Conselho Europeu de Lisboa, em Março de 2000, que os europeus se libertarão destas armadilhas. Essa escolha, traduzida em Plano de Acção pelo Conselho Europeu da Feira, em Junho de 2000, consiste em afirmar que a grande prioridade dos próximos anos é a construção da “e-Europa”, para que esta se torne, em 2015, na “e-economia mais competitiva do Mundo. Para tal, o objectivo primordial é dar a todos os europeus, desde a pré-primária e primária, o acesso à alfabetização numérica, de modo a que se transformem em outros tantos “recursos humanos” capazes de fazer concorrência aos da América do Norte, que já levam uns 10 anos de avanço **(8)**.

O consenso neste domínio é muito amplo entre os dirigentes europeus. Será que ainda não perceberam, após 20 anos de políticas colocadas ao serviço da competitividade ao sabor do mercado, que há poucos ganhadores nesta lógica – e isso em todos os domínios, incluindo o da educação? Como podem eles ignorar que os estados Unidos, país mais “desenvolvido” do Mundo em termos de tecnologia da informação e da comunicação, de multimédia, de Internet, etc., têm um nível de instrução particularmente deplorável, isto segundo um estudo da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) **(9)**? Porque é que fecham os olhos ao estado lastimável da educação de base e às grandes desigualdades sociais que caracterizam o acesso ao ensino superior do Reino Unido? Como podem ignorar os resultados de anos e anos de pesquisas multidisciplinares sobre o desenvolvimento das crianças, que revelam que estas têm uma necessidade imperiosa de laços pessoais profundos com os adultos? Ou que insistir em pôr computadores na escola desde a mais tenra idade pode privá-las desses laços essenciais **(10)**?

Não faltam propostas pertinentes e realistas para uma outra política educativa, como por exemplo as que foram avançadas pela Oxfam International e pela Internacional da Educação, em Março de 1999, no sentido de “Uma educação pública de qualidade para todos” **(11)**. Aprender a dizer bom dia ao próximo representa o ponto de partida decisivo para uma “outra” educação. Significa que o sistema educativo se outorga a função principal de ensinar a qualquer cidadão a reconhecer o outro enquanto base fundamental para a sua própria existência e para a convivência.

Dialogar directamente de pessoa para pessoa é perceber a centralidade da alteridade na história das sociedades humanas, no meio de tensões criadoras e conflituosas entre a unicidade e a multiplicidade, a universalidade e a especificidade, a globalidade e a localidade. É também aprender a democracia e a vida. É aprender solidariedade, a capacidade de reconhecer o valor de qualquer contribuição de todo o ser humano – por muito pouco qualificada que seja em relação aos critérios de produtividade e de rentabilidade – no sentido da convivência.

Só partindo desse princípio geral é que uma política da educação centrada no desenvolvimento, na salvaguarda e na partilha desses “bens comuns” **(12)** que são os conhecimentos e os saberes, poderá contribuir para um desenvolvimento mundial solidário no plano económico, eficaz no plano social, e democrático no plano político. Aplicada à “e-Europa”, essa política concederia prioridade à formação de uma geração de cidadãos possuindo as competências e as qualificações que as novas lógicas requerem: as da economia social, da economia solidária, da economia local, da economia cooperativa. Daria igualmente uma importância primordial à cooperação com outras comunidades, regiões e povos do Mundo, no sentido de fazer recuar a actual tendência para a apropriação privada dos conhecimentos, colocando estes últimos ao serviço da promoção de um Estado de bem-estar mundial que garantisse a todos o direito à vida.

Riccardo Petrella

Professor na Universidade Católica de Louvain (Bélgica); conselheiro na Comissão Europeia

- (1)** É chegado o momento de elaborar uma crítica apertada do conceito e das práticas do “meio humano” e de abandonar a utilização deste termo nas sociedades que se afirmam fundadas sobre os direitos humanos.
- (2)** Para uma crítica sobre esta evolução, ler Gérard de Sélys, “L’École, grand marché do XXI siècle”, Le Monde Diplomatique, Junho de 1998.
- (3)** Ler Le Monde de 26 a 30 de Maio de 2000.
- (4)** Merryl Lynch, “The Knowledge Web”, de 23 de Maio de 2000.
- (5)** Ler “Learning in the cyberspace”, Financial Times, Londres, 8 de Maio de 1998, bem como European Round Table of Industrialists, “Investir dans la connaissance. L’integration de la technologie dans l’éducation européenne», Bruxelas, Fevereiro de 1997.
- (6)** Nesta perspectiva, l’Internationale de l’éducation (Bruxelas) e l’Internationale des services publiques (Paris) publicaram, em 1999, um excelente documento: “L’OMC et le cycle du millénaire: les enjeux pour l’éducation publique”.
- (7)** Ler o “Livro Branco sobre a competitividade” do Governo britânico e da Comissão Europeia “Enseigner e apprendre. Vers la société cognitive”, Luxemburgo, 1995; Lestes C. Thurow, “Building Wealth: The New Rules for Individual, Companies and nations in a Knowledge-Based Economy”, Harper Collins, Nova Iorque, 1999.
- (8)** Conselho da União Europeia e Comissão das comunidades Europeias, “e-Europe, Une Société d’information pour tous”, Plan d’action, Bruxelas, Junho de 2000.
- (9)** OCDE, “Education at a glance: OECD Indicators 1998”, Paris, 1998.
- (10)** Ler as Análises da L’Alliance for Childhood (www.allianceforchildhood.net).
- (11)** Ler o relatório de Kevin Watkins “L’Education pour tous: brisons le cycle de la pauvreté”, Oxfam International, Londres, 1999.
- (12)** Ler Inge Kaul “Biens publics globaux, un concept révolutionnaire”, Le Monde Diplomatique, Junho de 2000.